



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

ATA DA REUNIÃO DE 31/05/2019

**CÂMARA MUNICIPAL
DO
FUNDÃO**

Texto definitivo da ata n.º 9/2019 da reunião ordinária realizada no dia 31 de maio de 2019, iniciada às 16:30 horas e concluída às 20:30.



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

ORDEM DO DIA **REUNIÃO DE 31 DE MAIO DE 2019**

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 7 DE 22 DE ABRIL DE 2019.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) Distinções Honoríficas;
- b) Programa CLDS-4G – Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social – Designação da Coordenadora Técnica;
- c) Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia do Fundão;
- d) Atribuição de subsídio – Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão;
- e) Atribuição de subsídio – Fábrica da Igreja Paroquial de Vale de Prazeres;
- f) Atribuição de subsídio – Grupo Coral da Soalheira;
- g) Aprovação das normas de participação e funcionamento das tascas tradicionais e espaços de comercialização da “Festa da Cereja”;
- h) Aprovação das normas de participação e funcionamento da “Bienal de Saúde e Bem-estar”;
- i) Aprovação das normas de funcionamento do Concurso de Fado “Amália Rodrigues”;
- j) Aprovação da doação de material mobiliário de escritório por parte da ALTRANPORTUGAL, S.A. ao Município do Fundão.

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

- a) Fábrica da Igreja Paroquial de Póvoa de Atalaia – isenção do pagamento de taxas – autorização de utilização;
- b) Ricardo Leonel de Seabra Rangel e Andrade – legalização da alteração de habitação unifamiliar;
- c) Amplos Caminhos, Lda. – ampliação de armazém;
- d) Afonso Nuno Pires Morão de Campos Martins – alteração/ampliação de habitação unifamiliar existente e anexo;
- e) Mariana Oliveira Gonçalves – legalização de habitação unifamiliar;
- f) Mathieu Dan A Coppens – legalização/ampliação de habitação unifamiliar;
- g) Virgílio do Nascimento Urbano – legalização da alteração/ampliação de habitação unifamiliar e construção de telheiro, anexo e piscina;



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

- h) AAJIBC – Associação de Apoio a Jovens e Idosos de Bogas de Cima – alteração e ampliação de Estrutura Residencial para Idosos;
- i) César António Martins Taborda – ampliação de moradia unifamiliar;
- j) Motobrioso – Comércio e Reparação de Motociclos, Lda. – construção de pavilhão, destinado a comércio e serviços;
- k) Domingos Orlando Ferreira Faria – alteração de edificação com alteração de uso de habitação para telheiro;
- l) Ruben Emanuel dos Santos Roxo – redução de taxas;
- m) Construções José M. A. Reis, Lda. – edifício de habitação coletiva;
- n) Samuel Cerdeira Mendes – construção de arrumos agrícolas;
- o) Maria Joaquina Nobre da Cruz Lindeza – utilização e conservação do edificado;
- p) Joaquim Agostinho Gravito - compropriedade;
- q) VODAFONE PORTUGAL, Comunicações Pessoais, S.A. – adenda – licenciamento de trabalhos de passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas existentes da MEO (subterrâneas), da EDP (postes) e postes da VODAFONE;
- r) Associação de Testemunhas de Jeová do Tortosendo – alteração de edificação destinada a reuniões de carácter religioso;
- s) URBIJOANES – Sociedade Imobiliária, Lda. – alteração à solução urbanística;
- t) Cindy Mariana dos Santos Leitão – construção de moradia unifamiliar;
- u) Duarte Oliveirinha Monteiro – construção de habitação unifamiliar;
- v) IMARVEST – Investimentos Imobiliários, Lda. – construção de edificação destinada a indústria e atividades complementares;
- w) Fábrica de Móveis Martins e Imobiliária II, Lda. e Outros – alteração à solução urbanística.

5 – INFORMAÇÕES:

- a) Associação de Desenvolvimento Beira Serra – alteração do valor da quota a pagar pelo Município do Fundão;
- b) Balancete do dia 28 de maio de 2019.

ATA N.º 9/2019

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano dois mil e dezanove, nesta cidade do Fundão, no “Salão Nobre” do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião pública da Câmara



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, e com as presenças do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes, Dra. Ana Paula Coelho Duarte e Eng.º Paulo Manuel Pires Águas.

A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dr.ª Maria Isabel Carvalho Campos.

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 7

Foi apresentada à Câmara a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de abril do corrente ano, já do conhecimento de todos os membros do executivo.

Submetida a votação pelo Senhor Presidente, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada nos termos da lei

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente começou por cumprimentar o público presente nesta reunião. Realçou a importância da presença dos cidadãos nas reuniões da Câmara Municipal, lugar onde podem sempre apresentar os seus problemas, sugestões e também fazerem as suas críticas, e por ser um órgão aberto, tendo para este efeito, tem uma reunião por mês aberta ao público.

Seguidamente, propôs que o executivo “demonstrasse orgulho coletivo” pelo galardão atribuído ao Senhor Eng.º António Guterres, Secretário-Geral da ONU, o Prémio Carlos Magno, que distingue personalidades que tenham contribuído para a unidade do continente europeu. “Seria obviamente importante no órgão em que estamos, também esta nota de grande júbilo e contentamento coletivo, que é vermos este nosso concidadão, um dos grandes governantes à escala global, na defesa de uma humanidade mais humana, e de facto a ser reconhecido”. O executivo aprovou por unanimidade o proposto pelo Senhor Presidente.

Prosseguindo, deu conta de alguns assuntos de relevância municipal: “felicitar o percurso que a Associação Desportiva do Fundão fez nestes últimos tempos por ter chegado às meias-finais do Campeonato Nacional de Futsal; fizemos o lançamento da Campanha da Cereja do Fundão que teve um grande impacto; fomos uma das entidades fundadoras da Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago; realçar a qualidade do evento Feira do Queijo na Soalheira; estão neste momento a decorrer os XIV Colóquios da Cereja associados à Educação



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/05/2019

no nosso concelho, com a presença do Diretor-Geral da Direção Geral de Educação; no próximo domingo, dia 2 de junho, teremos mais um Aniversário dos Bombeiros Voluntários do Fundão; recebemos ontem, através de uma candidatura da REN – Rede Elétrica Nacional, mais uma viatura para os Bombeiros Voluntários, e conforme já referenciei, foi aprovado o seu projeto para a criação de uma nova estação elétrica no Fundão, na estrada que liga o Carvalhal e Valverde a Pêro Viseu, que irá permitir ter um ponto de ligação muito importante, sobretudo para mais empresas terem melhor energia e aqui poderem desenvolver as suas atividades; na próxima quinta-feira, dia 6 de junho, teremos no Casino Fundanense uma sessão de esclarecimento sobre o próximo Aviso de Candidaturas da Portugal Inovação Social. Recordo que o concelho do Fundão na área da inovação social tem vários projetos-piloto aprovados, nomeadamente as Academias de Código com crianças e jovens e sobretudo jovens desempregados que podem aprender programação e encontrar um caminho com maior empregabilidade para o seu futuro, e teremos entre os dias 7 e 10 de junho, a Festa da Cereja, assim como as Comemorações do 9 de Junho”.

Prosseguindo a sua intervenção, e atendendo a que os cidadãos presentes na reunião iriam pronunciar-se sobre o atual funcionamento da Central de Biomassa, disse que o município tem acompanhado com preocupação “mas também com vigor os testes da Central de Biomassa na Zona Industrial do Fundão. Há sensivelmente três semanas, no âmbito dos testes que estão a ser efetuados, fomos confrontados com um som noturno absolutamente ensurdecador, alertados por alguns dos moradores mais próximos. Fomos ao local, tive até oportunidade de estar pessoalmente na casa de alguns, para também, durante a noite poder verificar e perceber o que estava a acontecer. No dia em que estive presente, o som incomodativo tinha desaparecido, e estive sensivelmente uma semana sem haver qualquer barulho. Já notificamos a empresa construtora, porque segundo fomos informados a Central ainda não foi entregue ao dono de obra, ou seja, ainda se encontra formalmente em obras e está em fase de testes. Os donos desta Central é um Fundo de Investimento Internacional que tem várias entidades associadas, já entramos em contacto com os seus representantes, dando-lhe conta das queixas que estávamos a receber, e durante alguns dias, não houve qualquer ruído noturno. Há sensivelmente uma semana, voltou esse ruído, aí nós agimos através de uma fiscalização e conseguimos notificar não só os donos do empreendimento, como também a empresa construtora, referindo que era inconcebível o ruído que se fazia ouvir e que excedia os quadros legais, e exigimos que imediatamente terminassem com aquele ruído, nomeadamente, durante a noite. No sábado, após a notificação, a partir das vinte e uma horas o som desapareceu, mas estamos diariamente



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/05/2019

a monitorizar a Central através da Fiscalização Municipal, e segundo fui informado, até aos dias de hoje, o ruído noturno não voltou a sentir-se. De qualquer modo, qualquer informação que possa complementar este processo é sempre bem-vinda. Recordo que a Central está numa fase de testes, é um Projeto de Interesse Nacional (PIN), podia ser de interesse regional ou local, e o facto de ser nacional implica maior responsabilidade relativamente às exigências ambientais, nomeadamente na componente do ruído e das emissões que possam daí advir. O projeto para estar a funcionar tem obrigatoriamente de ter todas as certificações emitidas por entidades externas, e neste momento, para a componente dos testes, são notificados de que não podem fazer os testes contrariando a Lei do Ruído, por isso esperamos que essa questão possa ter ficado resolvida. Se não ficar, nós temos quadros legais para impedir que essa questão se coloque. Em termos de laboração, neste momento a Central ainda não está a laborar, nem sequer ainda está ligada à produção de energia, daí a explicação em termos dos testes que falam, é que não está ainda ligada a toda a turbinação que lhe está associada, saindo todo o ar condensado que estão a injetar nas canalizações com enorme potência, uma explicação técnica, não sendo especialista nesta questões, mas para percebermos que testes é que estão ali a ser efetuados, e evidentemente, impedir que em horários noturnos, continuem a ser feitos. Não é possível a Central abrir sem as certificações que referenciei, são obrigatórias, tendo a APA – Agência Portuguesa do Ambiente referenciado que este investimento não carecia de estudo de impacto ambiental, todo o processo do licenciamento da atividade envolve entidades de natureza nacional, e as questões de licenciamento das obras é de responsabilidade municipal. É verdade que também durante os testes, de vez em quando, tem saído algum fumo mais negro de uma das chaminés, também pedimos justificação relativamente a essa situação, e foi-nos referenciado que tem a ver com os testes e que ainda não têm os filtros ligados a todo o sistema, e que vão tentar que isso aconteça o menor número de vezes possível. Essa situação não é possível que aconteça no âmbito da laboração normal da Central de Biomassa, porque isso vai contra a certificação obrigatória e que é monitorizada por entidades externas, relativamente à qualidade do ar. Esta é a informação de que o município dispõe, e a posição é clara: testes que tenham este fator incomodativo não podem continuar a acontecer, tomamos em mãos este assunto com as ferramentas jurídicas que temos, esperamos que esta questão fique resolvida, acompanhamos com expectativa e com maior proximidade a transição da fase de testes para a fase de laboração cumprindo as exigências e os certificados obrigatórios para a laboração normal, à partida as condições ambientais estão cobertas, e não teremos maiores preocupações relativamente a esta questão”.



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Seguidamente deu a palavra ao público presente.

Usou da palavra o Senhor José Luís dos Reis Esteves. Cumprimentou os presentes. Disse que morava no Caminho da Grameneza, quase em frente à Central de Biomassa, que dá muitos problemas a todos. A sua casa é uma casa que ainda é nova, mas nas casas construídas há mais tempo, as pessoas não conseguem dormir durante toda a noite. Disse que choram com os nervos porque não conseguem fazer mais nada para se defenderem. Também disse que no sábado à noite entre as 19 e 20 horas estava tudo iluminado e com uma força enorme a fazer o tal barulho e que até a chaminé deitava um fumo mais claro. Isto durou até às quatro e meia da manhã. Na segunda-feira à tarde o ruído voltou a fazer-se sentir, mas com menor intensidade, e até hoje não se ouviu mais nada. A ventilação é enorme, e no sótão da sua casa há um intenso cheiro a resina queimada. Terminou dizendo que deve ser encontrada uma maneira de eliminar esses problemas, porque há alguns anos que residem todos naquele local, descansados e sem barulho.

Usou da palavra o Senhor Presidente, para dizer que a informação que tinha era de que no sábado, entre as 9 e as 10 horas da noite, o ruído já tinha terminado.

O Senhor José Luís dos Reis Esteves disse que o ruído não tinha terminado, que tinha chegado de França pelas 19.30 horas, e que quando abriu o portão para entrar na sua quinta, ficou impressionado com tanta iluminação e barulho ensurdecedor.

O Senhor Presidente interveio novamente para dizer que à hora referida, seguramente a Central estava a funcionar.

O Senhor José Luís dos Reis Esteves interveio novamente para dizer que sabe que o Senhor Presidente passa muitas vezes naquela zona, e que nunca se questionou como se consegue ali viver com um caminho em muito mau estado. Disse que anda há vinte anos a protestar junto da Junta de Freguesia, que dizem, uns que o caminho será arranjado, outros dizem que estão à espera da ligação dos esgotos e da água da rede, que já há gás natural mas que ninguém se pode servir dele porque não houve ali uma abertura para ninguém, que já fizeram o levantamentos para alcatroarem o caminho mas que nunca nada foi feito. Disse que os carvalhos que estão à beira do caminho não são limpos, que só cortam os pinheiros, e que nem sequer a Junta de Freguesia limpa o caminho como deve ser. Agradecia que o Senhor Presidente tomasse conta do que se está a passar há já muitos anos, porque o caminho é um caminho público, onde circulam muitos carros, para Valverde e Arraiais.

O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor José Luís dos Reis Esteves a forma correta como se pronunciou e sobretudo as informações que transmitiu, porque quando as notificações foram executadas o município tinha sido informado de que no final da tarde, seriam cancelados os



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/05/2019

testes. Disse que tinha ficado com a informação que entre as 9 e 10 horas da noite terminariam os testes no final da tarde de sábado, mas que com a informação prestada pelo Senhor José Luís, a empresa não cumpriu e iria verificar realmente o que tinha acontecido.

Prosseguindo a sua intervenção, disse que independentemente de voltar a haver ruído ou não, há já um processo a decorrer relativamente ao incumprimento da legislação, que terá obviamente consequências do ponto de vista legal das contraordenações e outras questões que possam estar associadas, e que alguns dos cidadãos presentes poderão vir a ser chamados como testemunhas nos processos administrativos que irão decorrer contra a realização dos testes que a Central está a desenvolver, não cumprindo a parte do ruído, para além dos levantamentos que a Fiscalização Municipal venha também a fazer. Relativamente ao fumo emitido pela Central disse que esta questão já tinha sido debatida em reunião de câmara, que todos os Senhores Vereadores têm acompanhado com a devida importância, primeiro, porque é um investimento muito relevante para o País, mas que acima de tudo os seus impactos têm quer ser muito verificados. Disse ainda que no início do mês de março, nesta zona do Fundão sentia-se um cheiro a resina e plásticos, que o município fez um conjunto de diligências através da Fiscalização Municipal, que o cheiro voltou a fazer-se sentir ligeiramente em abril, tendo-se chegado à conclusão que se tratava de queimadas que estavam a ser realizadas no concelho, e que uma em concreto, pelo tipo de plantas que estavam a ser queimadas deixava um cheiro muito intenso, e que coincidiu precisamente com o início dos testes da Central de Biomassa.

Continuando, o Senhor Presidente disse acreditar que a questão das certificações ambientais obrigatórias, relativamente às emissões, e que são muito exigentes, fique resolvida ou muito minimizada, ao ponto de não haver qualquer tipo de incomodo, muito menos que tenha qualquer impacto na saúde pública.

Reiterou que os certificados têm que estar atualizados por parte da empresa para poder operar, e que sendo uma “energia limpa” e até pela sua sustentabilidade, e modelo que lhe está associado, facilitar a limpeza das florestas e criar até um rendimento aos proprietários para procederem a esta limpeza, que é desejável, porque a floresta para muitos dos proprietários não é uma fonte de rendimento, mas sim de preocupação e despesa, havendo também um pagamento direto aos que lá depositam, o que já acontece atualmente, e por outro lado, para além da floresta, e num território como o concelho do Fundão que tem tantas queimadas associadas à componente agrícola, há alguma expectativa que uma Central como esta vá diminuir bastante o número de queimadas que todos os anos, sobretudo em duas alturas do ano, ocorrem no concelho, até pelo risco que representam.



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/05/2019

Neste momento o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora D. Fernanda Andrade.

Agradeceu a todos os presentes e a todos os residentes da zona em questão. Disse que era moradora na zona da Central de Biomassa, que tinha estado atentamente a ouvir, e que lhe estava a fazer transparecer que esta Central está a ser uma espécie de solução milagrosa para muita coisa, mas que não era isto que lhe está a soar que vá a acontecer futuramente, até porque as pessoas que não têm hipótese de limpar as suas matas e os seus terrenos terão que pagar a alguém para o fazer, para depois enviar para a Central de Biomassa.

O Senhor Presidente interveio novamente para referir que atualmente todas os proprietários florestais têm obrigações legais para efetuarem a limpeza das florestas, que representa um custo e uma responsabilidade em cumprir a lei, que ficou muito mais “apertada”. Sublinhou que o problema da obrigação “num território como o nosso, é que temos uma floresta muitíssimo pulverizada, zonas extensas onde a propriedade média florestal é inferior a um hectare, muitas vezes no meio de situações geograficamente difíceis e inacessíveis para realizar este tipo de trabalho. Todo o executivo já agradeceu o esforço coletivo que foi feito em muitas das nossas aldeias, que com muito esforço dos próprios fizeram limpeza nos perímetros florestais, pagando a alguém ou através do seu próprio trabalho, mas há outro problema a seguir, que é, o que acontece depois a essa biomassa. Muitas vezes a biomassa fica aglomerada no local, criando até situações de risco. Todos sabem que há um problema gravíssimo no nosso País, e em concreto na nossa região relativamente à limpeza das florestas, e não são as Centrais de Biomassa que vão resolver esse problema, não é multando as pessoas e criando uma legislação muito mais dura que se resolvem todos esses problemas, nem com políticas de ordenamento impostas, nem valorizando pouco a madeira e os seus transformados. Eu diria que com uma legislação mais rigorosa do que a que existe, que as Centrais pagassem mais por tonelada de biomassa, uma valorização mais adequada de resíduos florestais para que se valorize quem trabalha e quem limpa, ou seja, é a integração destas medidas, também as punitivas, que seguramente ajudará a que estruturalmente se possa alterar esta situação. Ninguém leia nas minhas palavras que há uma solução milagrosa, ou que a resolução de todos os problemas da floresta fosse a valorização dos resíduos florestais que as Centrais de Biomassa podem fazer, porque se fosse o caso, eu não tenho dúvidas que o País já há muitos anos tinha Centrais de norte a sul, eu acho que é uma combinação de vários fatores e de política pública, também de uma atitude obviamente adequada dos privados, e do Estado com uma atitude em muitos aspetos mais punitiva”.



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/05/2019

Usou novamente da palavra a Senhora D. Fernanda Andrade. Disse que a sua preocupação neste momento é mesmo o funcionamento desta Central e que gostaria de saber se o Senhor Presidente já visitou alguma Central de Biomassa a laborar a cem por cento, vinte e quatro horas por dia, e que gostaria de saber quais são as emissões de ruído que daí advêm das que estão neste momento a laborar.

O Senhor Presidente respondeu que sim, que já tinha visitado. “Conheço uma Central em Oliveira de Azeméis que funciona num local ainda mais urbano, visitei esta Central em funcionamento, e relativamente à certificação de ruído, a informação que tenho e aquilo que pude verificar, é que não tinha o impacto nem nada que se pareça com os testes que aqui acabamos de sofrer e que esperemos que termine. Nos outros testes regulares que foram sendo feitos ao longo destes meses, que eu tenha conhecimento, não houve nenhum momento como estes que vivemos durante três semanas com esta descontinuidade que referenciei. Desse ponto de vista, as certificações de ruído e o modelo de funcionamento de uma Central, dão-nos a garantia que funciona nos mesmos moldes, e nada nos diz que não vai funcionar nos mesmos moldes daqueles que hoje estão a funcionar no nosso País, nomeadamente nalguma que pude visitar, até porque são os mesmos. O nível de ruído que os senhores sofreram, e que de alguma forma todos os sofremos naquele dia, extravasou claramente o que é o ciclo de proximidade, e nada tem a ver com o funcionamento normal de uma Central de Biomassa”.

A Senhora D. Fernanda Andrade perguntou novamente, porque gostaria de saber, qual tinha sido a reação do Senhor Presidente quando visitou esta Central de Biomassa a laborar há vinte e quatro horas.

O Senhor Presidente respondeu que era muito próximo da Central do Fundão.

A Senhora D. Fernanda Antunes perguntou ao Senhor Presidente qual tinha sido a sua perceção do ruído.

O Senhor Presidente reiterou que a perceção de ruído no espaço imediatamente adjacente é perfeitamente comportável, e que nada tinha a ver com a situação extrema que aconteceu. Voltou a referir, que nenhuma Central pode funcionar sem a certificação de ruído, que é uma certificação oficial, e que sem cumprir essa certificação não poderá nunca laborar.

A Senhora D. Fernanda Andrade perguntou ainda ao Senhor Presidente se tinha chegado a averiguar um retângulo enorme que se encontra no local, se sabia o que lá estava dentro e afirmou que o ruído vinha desse mesmo retângulo.

O Senhor Presidente respondeu que o modelo de testes que está a ser efetuado relativamente à diferença de pressão, que faz com que estejam a testar todo o sistema de



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/05/2019

canalização, não estando turbinado, foi isso que provocou o ruído. “Segundo a informação técnica que nos é dada pela empresa, é que quando o processo estiver todo ligado, que esse ruído extremo que se registou há alguns dias destes quatro meses de período de testes, que isso não acontece. Independentemente dessa informação, perante ter acontecido por uma segunda vez a mesma circunstância, peço que com a vossa ajuda possam contribuir como testemunhas para podermos continuar com esse processo formal e resolver este problema”.

A Senhora D. Fernanda Andrade disse que tinha sido uma falta de respeito para com o Senhor Presidente, porque o ruído parou durante o dia e que o ativaram durante a noite, na semana passada, e que assim, não havia nervos que aguentem uma coisa destas.

O Senhor Presidente disse que estava completamente de acordo, que era uma falta de respeito para com todos, a começar pelos senhores moradores.

A Senhora D. Fernanda Antunes disse que tinha referido o que referiu, porque o Senhor Presidente os tinha alertado.

O Senhor Presidente disse que na semana anterior tinham feito mais testes em horário noturno, e que o município avançou com um processo formal de contraordenação, aguardando-se que não haja uma reincidência, caso contrário, a gravidade da questão vai aumentando todo o processo.

A Senhora D. Fernanda Andrade disse que ninguém iria aguentar o barulho das máquinas se continuar a ser sempre assim, e que havia alguns fatores que teriam de ser ponderados e estudados, porque vive ali, muita gente ali vive, e que a Central tinha sido construída sem que alguém soubesse, e que muito menos sabiam o que era uma Central de Biomassa, que estão a nascer como cogumelos, e que até esta aparecer, ninguém se preocupou com a questão. Disse que tinha visitado, há relativamente pouco tempo em Belmonte, uma Central de pequena dimensão, atrás do Hotel Belsol, e que tinha sido coercivamente fechada em dois mil e dez e nunca mais voltou a abrir. Perguntou o que iria ser da sua vida, da vida do seu filho, de todos os seus familiares e de quem ali em volta vive, que só queria segurança para todos e nada mais.

O Senhor Presidente respondeu: “eu também espero que essa segurança e essa qualidade de vida não fique afetada, e o que lhe posso transmitir, é que os modelos que existem de exigência relativamente à Central de Biomassa são oficiais, e o município irá estar sempre na primeira linha relativamente a todo este processo. O facto de a Central estar na Zona Industrial foi uma opção que considerámos sempre a mais adequada para reduzir os impactos, e não é fácil aprovar a instalação de uma Central ou mesmo fábricas fora das Zonas Industriais, mas isso não inibe, nem retira qualquer obrigação de se cumprir a legislação, nomeadamente de emissões, ruído e



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

de gestão de trabalho. Agradeço-lhes imenso, não só terem vindo à reunião de câmara, como também pela informação que em primeira hora nos transmitiram”.

A Senhora D. Fernanda Antunes ainda perguntou ao Senhor Presidente se a Central estará a trabalhar vinte e quatro horas por dia, e em caso afirmativo, espera que não fique como está agora, ao que o Senhor Presidente respondeu que uma Central de Biomassa trabalha vinte e quatro horas por dia, e se ficar, seguramente que não cumpre os requisitos legais e não poderá funcionar.

Neste momento usou da palavra o Senhor Manuel Madeira.

Cumprimentou todos os presentes.

Disse que também estava na reunião para falar sobre a Central de Biomassa, mas que já estava minimamente esclarecido acerca de todas as questões. Disse que era uma pena não haver legislação para situações destas, porque tinha ouvido dizer que fábricas de grande porte têm que estar nas Zonas Industriais, mas que esta é um caso específico, é uma Central que trabalha com madeiras e queima de madeiras, o ótimo era que ficasse numa zona de pinhal. Acha que se uma Central desta natureza fosse instalada numa zona de pinhal, contentaria toda a gente, e se calhar até a própria fábrica laborava melhor, não incomodava ninguém e tinha matéria-prima mais próxima. O assunto está esclarecido, mas penso que a Central vai incomodar sempre de alguma maneira, contudo, que seja minimamente.

Aproveitou para fazer um reparo ao passeio verde na Zona Industrial do Fundão, que efetivamente está muito bonito, quando está cuidado, e que peca por não ter iluminação há anos, e se alguém quiser fazer um passeio ou uma caminhada à noite, anda às escuras, porque não tem iluminação, não tem uns fontanários porque os que teve estão todos danificados, situação que se mantém assim há alguns anos. Como é uma entrada do Fundão, acha que é um local muito agradável, e que não será assim tão difícil corrigir esta situação, porque já merecia. Reiterou ainda que a questão da Central de Biomassa fique definitivamente resolvida.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Agradeceu a presença de todos, e espera que esta situação, tão perturbadora para todos, se fique apenas na fase de testes.

Relativamente à situação apresentada sobre o Parque Verde da Zona Industrial do Fundão, disse que pelo facto de estar mais isolado, passado pouco tempo começou a ser vandalizado, que algumas situações já tinham sido repostas, que o modelo de iluminação teria de ser reavaliado e que teriam que descontinuar alguns pontos de passagem, nomeadamente, os pontões de madeira, porque precisam de manutenção. Sobre a questão dos caminhos públicos, deu conta



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

que a sua requalificação, nomeadamente, de um com ligação à EN 18, e um outro na Quinta das Nogueiras, está neste momento em fase de concurso público e que inclusivamente poderá facultar o respetivo plano. Mais uma vez agradeceu a presença de todos.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Cumprimentou todos os cidadãos presentes, bem como a comunicação social.

Iniciou a sua intervenção, dizendo que era com agrado que via cidadãos a manifestarem-se nos sítios próprios e para o efeito, porque muitas vezes “as conversas de café não nos levam a lado nenhum, e isto é a vivência daquilo que é a cidadania, e é de salutar, e por isso cumprimento-os com essa saudação. Nós não temos reuniões há três semanas, e também trazíamos este assunto mais uma vez, nós já o tínhamos trazido por uma questão relacionada com as emissões, desta vez verificamos que a questão se relacionava com o ruído. O Senhor Presidente já disse que iria diligenciar no sentido de acautelar todas as questões, nomeadamente as emissões e a questão do ruído, e a nossa recomendação é exatamente essa, porque nós já não estamos em tempo de questionar a localização da Central, esse tempo já não é nosso enquanto Vereadores, mas seguramente é seu, enquanto Presidente. Não estamos aqui a questionar a questão da APA de dispensar ou não, para este tipo de investimento, um estudo de impacto ambiental por se considerar uma energia verde, aquilo que nós pedimos e recomendamos ao Senhor Presidente, que parece-me que é aquilo que querera fazer, é a monitorização do ruído. Está mais do que provado que o ruído é um dos causadores, nomeadamente o ruído urbano, de maiores perturbações a nível psicológico e fisiológico, e com perturbações claras no sono e na capacidade de trabalho. Era essa a monitorização que gostaríamos de pedir e gostaríamos que essa monitorização fosse tornada pública, e ser dado conhecimento a nós enquanto Vereadores, à Assembleia Municipal, e naturalmente a todos os cidadãos do concelho do Fundão. Ainda que a entidade tenha que ser sujeita através de entidades externas, parece-me que seremos muito mais pró-ativo, muito mais garantísticos daquilo que é a salvaguarda da qualidade de vida dos cidadãos do Fundão, se formos nós a monitorizar essas duas questões, e portanto é esta a nossa recomendação”.

Prosseguindo a sua intervenção, disse que trazia outro assunto a esta reunião. “É a questão de que eu gosto muito, em particular de ver as minhas declarações usadas pela minha oposição. Eu gostaria que as declarações que fossem usadas, que fossem primeiramente retiradas de uma ata que eu já aprovara, mas a ata de onde foram retiradas essas declarações acerca do processo de prospeção e pesquisa e um pouco também sobre a Serra da Argemela, só foi aprovada hoje, e portanto só hoje, é que eu me pude pronunciar sobre ela, sabendo se aquelas eram as minhas



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

declarações ou não, em sede de reunião de câmara, até porque normalmente eu uso as declarações aqui neste órgão, sempre que elas, e só quando elas são aprovadas pela ata, e portanto que façam fé daquilo que foi dito, não antes”.

Uma outra questão que apresentou, acerca da cidadania, em que disse “e já que os nossos cidadãos muitas vezes não conseguem, ou na maioria das vezes, até pelo horário, não conseguem estar presentes, fazem-nos chegar determinadas situações. E até vou aqui lançar o mote: “Senhor Presidente, tomar conta daquilo que se está a passar”. Este foi o mote deixado por um dos nossos cidadãos aqui presentes, e eu começo por lhe dizer o seguinte: há cidadãos que estão à espera de uma resposta do Senhor Presidente, e eu vou passar a ler: “Venho por este meio solicitar a V/ Exa. na qualidade de Presidente de Câmara, para que seja dada alguma resposta à petição apresentada pelos proprietários das quintas, sitas no lugar da Azenha Nova, Valverde, uma vez que a mesma foi para aí reencaminhada pela Junta de Freguesia há cerca de sensivelmente dois anos, e decorrido este tempo, ainda não se obteve da Vossa parte, qualquer resposta, apesar na nossa insistência, uma vez que já me dirigi pelo menos três vezes à Câmara, tendo falado com o Senhor detentor do processo. A petição apresentada destina-se à continuação da eletrificação de um caminho público, uma vez que metade desse caminho já se encontra eletrificado, falta o restante, também se desconhece o motivo por que é que só eletrificaram metade do caminho. Mais se consigna, que esse caminho é muito frequentado por caminheiros, ciclistas e corredores, e veja-se, metade do percurso é feito principalmente no inverno com caminho iluminado, o resto numa escuridão profunda. Sei perfeitamente do que falo, porque também corro e passo algumas vezes pelo referido caminho, não tantas quanto gostaria devido à escuridão. Mais do que o meu conhecimento, que existem caminhos eletrificados onde não passa ninguém, e as quintas que até estão ao abandono, pergunto-me eu, se há dinheiro para calcetarem e alcatroarem caminhos na zona de Valverde, porque não atendem nem levam em consideração o nosso pedido, e não dão prioridade a quem quer zelar, tratar e cuidar das suas propriedades? Será que em pleno século XXI, numa zona que está a cerca de três quilómetros, onde me encontro, nem sequer existe uma única quinta abandonada, onde todos os proprietários zelam pelas mesmas, e por vezes não se faz mais por falta de eletricidade, porque por exemplo, para trabalhar num simples motor para tirar água do poço, temos que sempre usar de um gerador. Perante o exposto, e atendendo à consideração que temos pelo Senhor Presidente, solicita-se que nos seja dada alguma resposta, ou se for possível o agendamento do dia e da hora mediante a disponibilidade da agenda, para conversações.” Na mesma consideração que eu lhe tenho, peço-lhe exatamente uma resposta a esta situação,



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/05/2019

porque parece-me que dois anos e três vindas à câmara, sem uma resposta, parece-me que é excessivo”.

Usou da palavra o Senhor Presidente.

Disse que estava de acordo com a abordagem feita pela Senhora Vereadora Dra. Joana Bento relativamente à questão do ruído, e que para além das monitorizações e certificações oficiais, o município irá ser promotor de um modelo próprio de monitorização, através de entidades de ensino superior que têm capacidade e laboratórios que possam ajudar neste trabalho como entidades independentes e certificadas. Relativamente à questão das emissões, disse que já estava mais avançada.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, para referir que o Senhor Presidente tinha dito “que comparativamente com a Central de Biomassa de Oliveira de Azeméis estaria muito perto da mesma capacidade da Central do Fundão, e aquilo que sei é mais cinquenta por cento para o Fundão”.

O Senhor Presidente interveio novamente para dizer que a “capacidade máxima da Central de Biomassa de Oliveira de Azeméis é de dez MW e a do Fundão treze, são mais ou menos da mesma dimensão, ou seja, média dimensão. Temos também centrais muito pequenas, como a que foi referenciada, em Belmonte, que por várias razões, teve que ser descontinuada. Congratulei-me com a decisão do Governo de reduzir o Programa das Centrais de Biomassa a nível nacional, em que o Senhor Secretário de Estado da Energia já referiu que esse programa teria que ser redesenhado porque não era viável do ponto de vista da sustentabilidade. Quando tivermos os dados autónomos do ponto de vista do município, não há razão para que não os tornemos públicos, é exatamente para isso que nós queremos ter também um modelo paralelo às obrigações formais e legais das certificações que a empresa terá”.

Prosseguindo, e sobre a questão da eletrificação das Quintas sitas em Azenha Nova, Valverde, disse que quaisquer que sejam os futuros executivos desta Câmara Municipal, é impossível materialmente e financeiramente resolverem todas as situações relativas às infraestruturas de água, saneamento, eletrificação e telecomunicações, pela sua dimensão e imensas particularidades dos caminhos agrícolas e rurais do Concelho do Fundão. “Há um esforço brutal que foi feito nos últimos anos, foram centenas de quilómetros em caminhos agrícolas e rurais que foram alcatroados, foram centenas de quilómetros de redes de água e saneamento que foram colocadas. Na componente da eletrificação há um fator, que não depende só da nossa capacidade financeira, mas também da disponibilidade por parte da EDP para executar a ampliação da rede. Não estou com isto, a diminuir a necessidade de um cabal





31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

esclarecimento, mas perceber porque é que não foi dada uma resposta ao munícipe, até porque recebemos semanalmente pedidos de aumento de eletrificação rural. O novo quadro comunitário infelizmente não traz financiamentos para a eletrificação rural, bem como para a requalificação de caminhos rurais. Numa racionalização de meios, nomeadamente financeiro, temos que gerir as prioridades porque temos milhares de quilómetros ainda por executar. Do ponto de vista da resposta ao munícipe, irei verificar e darei informação ao executivo”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção saudando também “a presença aqui, de um conjunto de moradores do Fundão, que justificam que a participação, e olhando para trás, não é muito comum termos cidadãos a participar nas reuniões de câmara, e por isso agradeço essa expressão, que é a prova que não são inconsequentes esses momentos de participação, mas remete para outro momento que considero que foi um momento triste para a democracia, que foram os resultados eleitorais das eleições para o Parlamento Europeu, que tiveram dos níveis mais baixos de sempre de participação no nosso País, e que nós enquanto políticos e enquanto autarcas, devemos obviamente ficar interpelados e incomodados, porque em momento algum se pode olhar para estes resultados e falar de vitórias, quando não houve de facto uma participação expressiva dos cidadãos, quando os mandatos que resultaram desta afluência tiveram níveis de sufrágio completamente insuficientes, e portanto não podia de deixar, aqui uma nota de preocupação que existe com os níveis de participação, em particular com as eleições europeias, uma Europa que tanto diz também ao concelho do Fundão, ao município do Fundão, seja por aquilo que foram os fundos comunitários ao longo destes dezassete anos de que o Fundão foi beneficiário, não apenas o município do Fundão, mas também um conjunto de entidades, seja por aquilo que foi o reconhecimento da própria Europa, daquilo que está a acontecer no concelho do Fundão no que toca à componente da inovação, seja também na questão da mobilidade europeia, que está também na ordem do dia, no concelho do Fundão”.

Prosseguindo, deu conta que o município do Fundão “fez uma candidatura, no passado mês de março ao Programa Juventude em Ação, chamada *Save Port*, Porto Seguro, contra o discurso do ódio e segregação racial, aprofundando temas como o diálogo intercultural, e que terá naturalmente, no centro do programa, o tema dos refugiados, com um suporte de dezasseis mil e quinhentos euros. Entre os próximos dias 2 e 9 de julho, o Fundão vai receber um conjunto de jovens, cerca de três dezenas de cinco países diferentes, para com as coletividades do concelho aprofundar este tema”.



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Deu ainda conta que o município do Fundão estabeleceu também uma parceria com a Delta Cafés, para promover a Marca Cereja do Fundão e a Festa da Cereja, que decorrerá entre os dias 7 e 10 de junho, e também despertar para os benefícios que a cereja traz para a saúde, sobretudo na redução dos riscos cardíacos e efeitos diuréticos, com uma quantidade muito significativa de pacotes de açúcar que serão distribuídos pelo País, em particular, na região da Cova da Beira, e que se inscreve claramente naquilo que é a campanha de promoção da cereja do Fundão.

O Senhor Vice-presidente deu também conhecimento que tinha sido apresentado “com a Fundação EDP, um roteiro turístico que irá terminar na próxima primavera e que compreende a criação de dez murais artísticos em quatro freguesias distintas do concelho do Fundão, designadamente, Alcaria, Pêro Viseu, Capinha e Vale de Prazeres, que completará uma rede de arte urbana, que incluirá também a freguesia dos Três Povos, Alcaide e Alpedrinha, para completarem este roteiro. É um projeto que está orçado em cinquenta mil euros, é financiado a 90%, pela Fundação EDP, e que envolve também as freguesias que referi. Entre os dias 5 e 7 de julho, terão início as primeiras assembleias participativas para discutir os projetos que serão implementados e os temas que serão abordados nas expressões artísticas. Já existem dois artistas selecionados, de âmbito nacional e internacional, um é brasileiro que é o Guge, outro é o Nuno Cunha, e lançamos ontem também um concurso nacional de ideias para encontrar os dois outros artistas que farão parte desta equipa que trabalhará em conjunto com as comunidades locais”.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta de alguns eventos, nomeadamente, no dia 15 de junho no Hotel Príncipe da Beira a realização da XI Gala da Associação de Futebol de Castelo Branco, que ocorre num momento importante para o futebol e o futsal no concelho do Fundão, “estamos a falar em cerca de quatrocentos e oitenta atletas que hoje praticam estas modalidades no nosso concelho, mas vem sobretudo valorizar aquilo que tem sido o percurso do futebol e do futsal nos últimos anos, em particular o que aconteceu este ano, as meias-finais do Campeonato Nacional de Futsal pela ADF, as meias-finais na Taça de Portugal também pela ADF, os quartas-de-final na Taça da Liga, também a participação do Grupo Desportivo de Valverde na Primeira Divisão Nacional em Futsal, o Campeonato de Juvenis ganho pelo Clube Académico do Fundão, a manutenção no Campeonato Nacional de Juniores do Clube Académico do Fundão e o Campeonato Distrital de Iniciados da Equipa Feminina de Futsal, que também valoriza o grande esforço que é feito por outras coletividades do concelho do Fundão, designadamente o Grupo Desportivo de Silves, que claramente preenche um vazio do ponto de vista desportivo em toda a zona do Pinhal, e que nós louvamos muito o trabalho que ali é feito diariamente, para crescer



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

enquanto clube de formação e escola de formação de futebol. Ao mesmo tempo, saudar o esforço na construção e crescimento que sentimos da parte da Associação Cultural de Alcaria, que se reergueu enquanto projeto desportivo ligado ao futsal, e também ao Clube Terras do Barro”; realização de uma marcha noturna no dia 1 de junho promovida pela Gardunha Viva e a União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo e pelo Município do Fundão; também no dia 2 de junho, Encontro Nacional de Caminheiros promovido pelos Caminheiros da Gardunha; igualmente no dia 2 entrega de faixas de campeões de juvenis ao Clube Académico do Fundão; o encerramento do Torneio Francisco Lopes Correia, na Atalaia do Campo, e ainda a final da Taça de Iniciados e a Taça de Infantis promovida entre o município do Fundão e a Associação de Futebol de Castelo Branco, no Estádio Municipal do Fundão”.

Terminou a sua intervenção associando-se ao voto de louvor ao Eng.º António Guterres.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção referindo-se à entrada em vigor, no dia 1 de junho, dos descontos nos transportes públicos. “Uma das questões que foi levantada tem a ver com os transportes públicos aqui do Fundão. O facto de termos uma redução de 40% para o público em geral, não garante por si só o sucesso da medida, e o objetivo da medida era atrair mais passageiros para os transportes públicos, aliás, na reunião de 22 de abril, o Senhor Presidente disse “infelizmente não temos assim tantos utentes utilizadores dos transportes públicos”. Face ao exposto, decidimos analisar os preços e os horários, e fizemo-lo principalmente para a zona urbana do Fundão. Vive cá 40% da população, pelo que merece aqui alguma atenção. Relativamente aos preços, entendemos que com algum esforço é possível garantir um passe social por quinze euros, e acho que se promovermos esta ideia penso que tem pernas para andar, no entanto, não é só ter um passe por quinze euros, é preciso arranjar horários e locais adequados. Não se pode promover um transporte público que chegue à Zona Industrial às 7:57 horas, quando as fábricas começam a laborar às 8:00, além do mais, saindo das fábricas às 17:00 horas, ninguém está disponível para ficar à espera até às 6:00 da tarde, portanto, é um aspeto que temos que rever. Fomos abordar a operadora, que mostrou total disponibilidade, no entanto, depende de números, e é preciso haver viabilidade. A sugestão que me foi feita, foi a de fazermos um inquérito, de verificar de onde são as pessoas, qual o seu interesse, e mostraram abertura para alterarem os horários. Outro aspeto que nos foi dito, foi que no percurso efetuado podem fazer as paragens que acharmos convenientes, mas tem que haver condições, e dou como exemplo, a paragem em frente ao Hotel Alambique, as pessoas quase não sabem, estamos a falar de uma estrada nacional que só tem duas faixas e que não tem nenhum espaço para o autocarro



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

estacionar, tem um sinal simples, sem qualquer visibilidade. Acho que se nós fizermos um esforço, é possível garantir um transporte público por quinze euros, desde Aldeia de Joanes, Valverde e Fundão para a Zona Industrial, e se o promovermos, acho que terá uma boa recetividade. Podemos dizer que já foi feita uma experiência, mas não nestes moldes”.

Usou da palavra o Senhor Presidente, para dizer que, “é verdade, não era nesses moldes, era praticamente gratuito, e mesmo assim não funcionou, e em termos de custos estaríamos a falar de custos muito menores para o utilizador. O grande problema desta questão tem a ver exatamente com os operadores. Os operadores vão ajustando os seus horários, mas alterar um pouco o padrão da frequência é que é mais difícil e pedem compensações, geralmente aos municípios. O que existe, é a possibilidade de uma enorme redução, 40% para o público em geral, 60% para os jovens e para os seniores mais de sessenta e cinco anos, é de facto uma redução muito significativa dos custos, mas a verdade é que mudar o paradigma do transporte individual para o transporte coletivo, é algo que em distâncias relativamente curtas na cidade do Fundão, necessita de uma terceira opção, como já anteriormente referi. Temos dez fábricas que podem representar mais de metade da força de trabalho da Zona Industrial do Fundão, e temos uma outra fora desta zona que é muito significativa e que tem sensivelmente trezentos e sessenta funcionários, no Outeiro entre Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo. Efetivamente é muito importante trazer as empresas também para o processo, os futuros modelos de eficiência coletiva entre as empresas, aquilo que possa ser o transporte partilhado também no âmbito das empresas, e que possam eventualmente também trabalhar com os operadores, e até podem aparecer novas soluções. Fizemos levantamentos do ponto de vista da utilização dos transportes, fizemos um plano intermunicipal de mobilidade, que é nele que enquadraram os nossos planos de mobilidade, e nesse plano apercebemo-nos que provavelmente devemos andar muito perto de 80% das pessoas que utilizam viatura própria, e só sensivelmente 20% utilizam viatura partilhada ou coletiva. Isso é um dado muito relevante e nós temos como ambição, até por questões ligadas ao CO₂, reduzir brutalmente esse padrão para próximo de 50%, que não é nada de extraordinário, mas que é muito relevante num contexto das cidades do interior do País, nomeadamente aquelas que não têm transportes públicos urbanos, como é o caso do Fundão. Volto a dizer, que a experiência ensinou-nos que um transporte público urbano de natureza convencional, de linha contínua e com alguma frequência como aquele que existiu, não resultou, não por questões de preço, mas provavelmente por ser desadequado relativamente ao padrão de procura. Está marcada para final de junho a reunião com a CP Comercial e o município da Covilhã para reforçar o transporte ferroviário, relevante na mobilidade entre o Fundão e a Covilhã. Vamos tentar também que no próximo ano esteja concluído, no âmbito da CIM, o



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

concurso público para o transporte flexível com transporte convencional, peças muito importantes para a coesão social num território como o nosso, e dar conhecimento que na última reunião da CIMBSE, falou-se na possibilidade de ser criado um passe CIM, com um valor médio, só que deparamo-nos logo com uma questão muito óbvia, que é a dispersão e a diversidade de fluxo porque há padrões muito distintos entre concelhos, e como tal, é muito difícil padronizar um passe que possa, do ponto de vista custo/benefício, ser útil em concreto a cada pessoa nas suas deslocações intermunicipais”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, para se referir de novo à questão dos transportes. Disse, “as contas que eu estive a fazer, primeiro da parte da operadora, só tem que se mexer em dois horários e estamos a falar de vinte minutos a meia hora, portanto, não era nada de extraordinário, os custos para a autarquia que eu estava a referir, se tivéssemos mais cem pessoas com este passe, estávamos a apontar para novecentos euros mensais, na pior das hipóteses, e seria uma situação experimental até dezembro, portanto, estamos a falar de um valor de dois mil e quinhentos euros para a autarquia, e que face aos investimentos que nós temos noutras áreas, não era nada de extraordinário. A parceria pode vir a ser feita com as empresas, se nós fizermos esse questionário nas empresas, já é uma forma de publicitar a iniciativa, se entretanto nós colocarmos duas ou três paragens de autocarro, no mínimo todos os funcionários vão comentar, e no mínimo vão experimentar, porque psicologicamente é diferente de estar a dar trinta e nove euros quando num carro vou gastar cinquenta, mas estar a dar quinze euros e no carro gasto cinquenta, se calhar já penso de outra forma, e se entretanto fizer a viagem com dois ou três colegas, eles acabam por ir. Esta é a perceção que eu tenho, porque eu já falei com alguns trabalhadores, e todos eles dizem, eu era pessoa para experimentar, portanto, três meses, acho que valeria apena”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Explicou que o processo de compensação para transportadoras privadas, em que o município paga o défice tarifário, não tem enquadramento legal. Disse que as empresas, no seu processo de responsabilidade social, na melhoria das condições dos seus trabalhadores e numa ótica de partilha de eficiência, são uma mais-valia para todos. “A questão da aplicação dos inquéritos ao quadro das empresas, e essa triangulação, estou não só disponível, como já o tinha referenciado, que é a forma de podermos alterar um pouco o padrão e pode eventualmente ser um bom caminho para isso. O sistema continuado de transportes públicos urbanos que complementasse o transporte público existente, não é, no meu entender, um caminho, porque





31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

aprendemos com a experiência, e acho que nenhum de nós quer voltar a passar por dezenas de autocarros por dia, particularmente vazios”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Disse que também tinha preparado uma intervenção sobre a abstenção nas Eleições Europeias, porque também é uma questão que preocupa os Vereadores do Partido Socialista, e que gostaria de ver debatido este tema no âmbito do Conselho Municipal da Juventude, onde estão representadas todas as juventudes partidárias e associações juvenis, em parceria com a Loja Europa, uma valência do município do Fundão, e também com o Conselho Municipal de Educação, para “pelo menos percebermos quais são as boas práticas, como é que vamos envolver a juventude nesta questão da cidadania e da participação política, porque os mais velhos vão votar, mas parece-me que a juventude está alheada desse assunto, o que também nos preocupa, ainda que, também perceba que o Senhor Vice-presidente não tenha gostado dos resultados que foram expressos, ainda que com uma abstenção enorme, mas que refletidamente foram aqueles que os cidadãos, naquela que é a sua liberdade de ir ou não votar, escolheram”.

Prosseguindo, pediu, no âmbito dos fundos comunitários, “porque nós já ouvimos mais do que uma vez, a relação que o Fundão tem com os fundos comunitários de há dezassete anos para cá, para ter noção dos números, porque são ditos vários, e a dada altura já perdemos a noção de quantos milhões foram, gostaria muito que fosse entregue aos Vereadores do Partido Socialista, uma relação entre cada projeto feito e aquele que teve participação comunitária, para que nós possamos validar também esses números da mesma maneira, porque a estatística nos documentos que vão sendo apresentados por vezes vai variando consoante aquilo que vocês também vão dizendo, e portanto é para que seja muito claro para todos”.

Continuando a sua intervenção, e relativamente à realização da XI Gala da Associação de Futebol de Castelo Branco, conforme comunicado pelo Senhor Vice-presidente e em que se referiu ao Grupo Desportivo e Cultural de Silvares, como sendo um grupo que está em crescimento e que pretende uma certificação, este mesmo Grupo Desportivo solicitou um equipamento médico fundamental também na prática desportiva, um desfibrilhador, a Senhora Vereadora questionou se o município do Fundão já tinha satisfeito o pedido, caso contrário, gostaria que tal situação tivesse lugar durante esta Gala desportiva.

O Senhor Vice-presidente interveio para responder à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento e referiu o seguinte: “nós não temos aqui preparado o número dos fundos comunitários de que o Fundão foi beneficiário nos últimos dezassete anos, mas temos para trás, que é zero. A Senhora Vereadora Dra. Joana, referiu-se à questão da ata, que foi abordada por uma espécie de oposição



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

e que utilizou uns termos que estão numa ata, mas a oposição, neste caso, é o Partido Socialista. Relativamente à questão dos resultados eleitorais, acho que a nota principal é a abstenção, e não sei como é que a Senhora Vereadora pode estar feliz com os resultados que aconteceram em todo o País, e em particular no concelho do Fundão, porque seguramente os resultados que o Partido Socialista obteve, julgo eu, que não foram seguramente devido ao lóbi de Silves que hoje está à frente do Partido Socialista, aquilo que aconteceu, foi uma ausência de participação, e essa ausência de participação deve-nos preocupar a todos, e acho que essa é a nota que deve resultar deste balanço eleitoral”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Relativamente aos fundos comunitários, referiu que “em dois e mil e quatro, fiz a conta de qual é que foi o valor de financiamentos comunitários que nós não conseguimos aproveitar no âmbito do segundo Quadro Comunitário de Apoio e uma parte significativa do terceiro, em que o Fundão ficou penalizado em cerca de cinquenta milhões de euros. Esses dados também os posso partilhar, porque era o valor do financiamento que estava ao nosso dispor para o Programa POLIS, mas acima de tudo por não termos tido a capacidade de ter outros projetos, até porque na altura era mais fácil ter financiamentos comunitários”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio e disse: “já percebi, Senhor Presidente, que vocês estão sempre a falar do passado, eu nem estava cá, mas aquilo que eu pedi foi muito claro, e vocês sobre o passado têm muitos dados, acredito que com a mesma clareza me consigam dizer, numa lista, e acho que os serviços ainda estão a funcionar, quais são os projetos e os valores executados”.

O Senhor Presidente respondeu: “seguramente, faremos chegar essa lista com todo o gosto e com bom rigor. Essas questões são facilmente partilhadas e ainda bem que o são, porque representam de facto um grande esforço de todos, nomeadamente um esforço muito grande de autofinanciamento que o município ao longo destes anos teve. Alguns desses dados até os poderá ter porque constam nos relatórios complementares que acompanham o documento da prestação de contas e o orçamento, e nos quadro-resumo do valor global dos financiamentos comunitários. Também uma terceira vertente que nós obviamente associamos, é todas as candidaturas em que nós somos parte, ou protocolamos, com a rede de parceiros”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes usou da palavra para fazer a seguinte intervenção: “relativamente à participação democrática, e eu sou um acérrimo defensor dos orçamentos participativos, já falei aqui em reunião de câmara por mais do que uma vez, que o facto de termos uma elevada abstenção, sinceramente não me sinto coresponsabilizado, no entanto,



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

alertei que temos que refletir, e o que se passou aqui hoje dá um claro exemplo disso. Nós preocupamo-nos muito com a elevada taxa de abstenção a seguir a um resultado eleitoral, ignorando tudo o que está para trás. No dia 22 de abril, falei que “há necessidade de reformular a participação cívica”. Foi-nos dado a conhecer que nos reunimos com os moradores e ficou decidido encerrar a Rua da Cale, viemos agora a saber que teremos um concurso de Projetos de Arte Urbana e que serão os populares que vão decidir os projetos, o que realmente é fantástico, mas isto é uma postura que faz lembrar o Secretariado de Propaganda Nacional quando andavam aqui a discutir a Aldeia mais Portuguesa de Portugal, porque assuntos deste género vamos pôr à discussão da população, e há pouco tempo veio aqui uma senhora, e bem, que disse, que assuntos como a Central de Biomassa “nós não tomamos conhecimento”, e isto já não é a primeira vez que acontece, principalmente com questões de ordem ambiental, estarmos aqui numa troca de argumentos, que é importante refletir, é importante atrair pessoas e que talvez temos que dar respostas de diferentes formas. Foi falado no Parque que existe na Zona Industrial do Fundão, eu só estou a assumir funções desde setembro, e já fui a duas ou três sessões da Assembleia Municipal, e várias vezes estamos a falar no mesmo assunto e hoje toucou-se no mesmo. A ausência de resposta, que foi o que a minha colega Joana Bento referiu, é o primeiro sinal para desmotivar as pessoas, e a ausência de resposta, estou a falar de palavras, não de ações, porque esse é o plano que vem a seguir. Há necessidade de repensar, mas em conjunto, e estou a incluir-me também, portanto há necessidade de repensar e não podemos andar aqui com festas e festinhas e coisas do género, e quando há eleições os resultados não me agradam e vamos chutar para canto. As pessoas não votaram porque entenderam que não queriam votar, e quem votou, votou em consciência. Agora temos responsabilidades e a culpa não é do lóbi do Fundão, que também existe, por exemplo no PSD, não é do lóbi de Silveiras, é do lóbi dos políticos todos, que infelizmente quando há eleições, lembramo-nos do povo, quando não há eleições, pura e simplesmente ignoramos”.

O Senhor Presidente interveio para dizer o seguinte: “quando há eleições autárquicas, uma escala maior do que aquela que aqui nos preocupa a todos, significa então, que relativamente à escala autárquica, seguindo a sua lógica de raciocínio, diria que essas questões não serão tão relevantes, porque então aí, as pessoas votam mais, têm votado de uma forma absolutamente inequívoca, e de certa forma, a linha de raciocínio que segue, nesse caso, não se colocava tanto. Eu só estou a ter uma atitude ligeiramente demagógica, para ajudar a pensarmos estas questões com outra perspetiva. Não há aqui uma perspetiva única, mas é preciso percebermos que dizendo às pessoas que se resolvem todos os problemas, e que temos capacidade para resolver



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

todas as questões, é no limiar, ser populista, e em muitos aspetos a demagogia acima de tudo não corresponde à verdade. Por isso, a postura que aqui colocamos, é obviamente com a transparência que devemos ter, também com alguma pedagogia, que também temos a obrigação de a colocar, sem paternalismos é óbvio, e explicar porque é que é impossível, relativamente à rede de caminhos e à rede elétrica, corresponder a todas as solicitações. É inequívoco, que houve um programa e um plano de investimentos enorme no concelho do Fundão, durante uma parte muitíssimo significativa deste milénio, por isso, é preciso ter essa perceção, para de alguma forma também não entrarmos aqui numa linguagem às vezes fácil, mas que não corresponde muitas vezes à expectativa das pessoas. Um último apontamento, que tem a ver com uma questão que aqui foi colocada. Nós não podemos simultaneamente dizer algo, e depois em muitos aspetos também dizer o seu contrário. O município do Fundão é muitas vezes acusado de repetir a questão do que é um projeto ou um investimento, e muitas vezes acusado, por parte da dita oposição, se bem que relativamente à Central de Biomassa é uma questão abordada há pelo menos sete anos, ou seja, há sete anos que se começou a falar da possibilidade de instalação de uma Central de Biomassa, e nos últimos cinco anos, de forma bastante concreta, chegou a haver até seminários abertos a toda a população para discutir todas as prerrogativas ligadas a esse assunto. Lembro-me de um em concreto, que decorreu na Escola Profissional do Fundão, sensivelmente um ano antes de qualquer intervenção, onde estiveram presentes promotores, especialistas das áreas ambientais, energia, o Diretor-Geral da Energia e Geologia, e houve na plateia cidadãos que colocaram questões muito relevantes. Humildemente, este executivo sempre tem referido que, seguramente por nossa incapacidade, mesmo quando muitas vezes entidades externas nos comparam com outros, nos digam que somos mais participativos, mais transparentes, informamos mais do que a média dos outros, muitas vezes dizemos que nos sentimos insatisfeitos com o modelo de participação, acho que por nossa culpa, podemos ir muito mais longe, mesmo quando muitos referem que somos de longe aqueles que na região mais têm modelos de participação, e em muitos modelos nacionais, até somos referenciados em componentes tão importantes como a relação com o cidadão, mas manifestamos e continuamos a demonstrar muitíssima abertura para processos que possam ajudar a melhorar”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente, que se pronunciou da seguinte maneira: “eu percebo porque é que o Senhor Vereador Sérgio Mendes ficou tão exaltado. Porque o Senhor Vereador tem uma conceção completamente errada do que é a participação, porque quando o Senhor diz que andam pessoas há vinte anos a reclamar a pavimentação de uma via, o Senhor acha que o facto de não se ter pavimentado essa via, é uma falta de resposta da parte do



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

município. Sejam vinte anos, sejam dois, seja aquilo que for, se uma pessoa construir uma casa no cimo de uma serra, vai dizer que também paga os seus impostos então a câmara tem obrigação de fazer a conduta de saneamentos e da rede de abastecimento de água, para garantir que a pessoa possa lá ter essa casa. Não é assim que funciona, até porque a câmara não tem recursos ilimitados, e portanto, dará sempre prioridade àquilo que é infraestruturção em espaços urbanos, mesmo assim, a câmara nos últimos dezassete anos pavimentou mais de trezentos quilómetros de estrada no concelho do Fundão, incluindo estradas municipais e também caminhos rurais, como o que foi hoje aqui anunciado, que está previsto fazer junto à Zona Industrial do Fundão. Aquilo que eu pergunto ao Senhor Vereador, é se quando nós queremos desenvolver um projeto artístico, quando levamos os artistas a dialogar com a comunidade, se isso é propaganda, ou é querer envolver a comunidade, porque é disso que se trata. Se o Senhor acha que o orçamento participativo é propaganda, quando tivemos orçamentos participativos em que votaram mais pessoas, do que nas eleições autárquicas, que tradicionalmente são as que têm mais participação. O Fundão orgulha-se de ter Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Juventude, de ter ferramentas que são de difusão completamente alargada, e todo este problema relacionado com o ruído na Zona Industrial com a Central de Biomassa, foi exatamente porque o nível de participação foi possível através dos instrumentos que hoje também estão ao dispor do cidadão, e que foi assim exatamente que contactaram o município do Fundão para despoletar aquilo que pudesse ser a prevenção de riscos maiores. Para decifrar só o que é o lóbi de Silvares, é o primeiro eleito do Partido Socialista na Câmara Municipal e o líder da atual concelhia do Partido Socialista”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento refutou assim: “Senhor Vice-presidente, percebo que ainda sofra com a perda da freguesia de Silvares para o Partido Socialista, e referindo que a votação nas autárquicas em Silvares deu a vitória expressa e clara ao Partido Socialista nos três órgãos a votação, percebo que isso lhe custe enquanto militante do Partido Social Democrata. Eu gostava muito é que o Senhor Vice-presidente justificasse aos seus militantes, como é que olha para eles quando são oriundos de uma freguesia que não do Fundão, se são todos também um lóbi ou não, porque aquilo que o Senhor Vice-presidente faz constantemente, num ataque serrado à minha origem que é do concelho Fundão. Eu sou tão fundanense quanto o Senhor, tenho a sorte de ter nascido numa freguesia que não é urbana, é rural, que é Silvares, com muito gosto. O Senhor Presidente da Concelhia também teve a mesma felicidade, mas ele nasceu em França e optou por vir viver aqui”.



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

O Senhor Vice-presidente respondeu: “de facto, é algo que não consigo ultrapassar, aquilo que foram os resultados na freguesia de Silvares, e aí estamos completamente de acordo relativamente às opções, mas como é evidente, em democracia, tem que se respeitar. Aquilo que eu digo da Senhora Vereadora de Silvares, é porque a Senhora Vereadora tem sempre a incapacidade de conseguir olhar para todo o território, normalmente os assuntos que a Senhora aqui traz, e vou dar um exemplo, não saindo do exemplo que a Senhora aqui referiu, que o Grupo Desportivo de Silvares necessita de um desfibrilhador”.

A Senhora Vereadora interveio e referiu: “sim, foi o que o Senhor Vice-presidente chamou colação”.

O Senhor Vice-presidente disse: “mas chamei à colação todos os outros clubes que têm exatamente a mesma necessidade, mas a Senhora não consegue sair de sair, por isso é que eu chamo a Senhora Vereadora de Silvares porque nunca sai dos assuntos de Silvares. Nada relacionado, como é evidente, com a sua origem, porque isso até é despropositado”.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Distinções Honoríficas

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 27 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que, nos termos das disposições contidas no Regulamento para a Concessão de Distinções Honoríficas do Município do Fundão, a competência da atribuição das insígnias e medalhas municipais pertence à Câmara Municipal; Considerando que a atribuição de distinções honoríficas deverá constituir um sinal para estimular o aperfeiçoamento do mérito e virtudes que visam distinguir; Considerando que conferir prestígio e dignidade às condecorações municipais é uma das formas de manter vivas tradições que têm significado na vida do Município; Considerando que as distinções honoríficas do Município do Fundão são, por tradição, entregues no dia 9 de Junho de cada ano, por ocasião das comemorações respeitantes à criação do Concelho do Fundão, Proponho que, nos termos do disposto nos artigos 12.º e 13.º do Regulamento supra referido, a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a atribuição: Da **Medalha de Ouro da Cidade do Fundão**, destinada a galardoar indivíduos ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que, pelo valor das suas realizações em qualquer ramo de atividade humana, contribuam, de forma excepcional e relevante, para o progresso e bom nome da cidade e do seu concelho, a: Hugues de Varine-Bohan. Da **Medalha de Mérito Municipal**, destinada a distinguir as pessoas coletivas ou



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

*singulares, públicas ou privadas, que se tenham notabilizado no domínio das suas atividades ou funções, e cujo mérito, publicamente reconhecido e registado, tenha reflexo efetivo no concelho do Fundão, pelas obras ou ações desenvolvidas nos campos social, económico, cultural, desportivo, cívico, humanitário, artístico, científico ou político, a: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Fundão e Sabugal; Equipa de futsal feminino do Grupo Desportivo de Valverde; Henrique Baltazar dos Santos Tarouca; Joaquim Quelhas dos Santos; Nina Tsybulska; Tasca da Estação. Da **Medalha de Bons Serviços** – destinada a distinguir os funcionários da Câmara Municipal, empresas municipais e juntas de freguesia que tenham demonstrado comprovado zelo, dedicação e competência nos serviços a seu cargo e que atinjam 25 anos de serviço, a: António Manuel da Silva Pereira; José Martins Fernandes; Manuel Afonso Barbosa Marques; Manuel Augusto Santos Fradique; Martina Batista Gomes.”*

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, precedendo escrutínio secreto, o seguinte: Hugues de Varine-Bohan – aprovar por unanimidade a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade do Fundão; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Fundão e Sabugal – aprovar por maioria, com quatro votos a favor, um contra e um branco, a atribuição da Medalha de Mérito Municipal. Não votou o Senhor Presidente por se encontrar impedido nos termos da lei, tendo-se ausentado da reunião; Equipa de futsal feminino do Grupo Desportivo de Valverde - aprovar por unanimidade a atribuição da Medalha de Mérito Municipal; Henrique Baltazar dos Santos Tarouca - aprovar por maioria, com cinco votos a favor, um contra e um branco, a atribuição da Medalha de Mérito Municipal; Joaquim Quelhas dos Santos - aprovar por maioria, com cinco votos a favor e dois brancos, a atribuição da Medalha de Mérito Municipal; Nina Tsybulska - aprovar por unanimidade a atribuição da Medalha de Mérito Municipal; Tasca da Estação - aprovar por unanimidade a atribuição da Medalha de Mérito Municipal.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento saudou o facto desta proposta ter sido aberta ao executivo e permitir que todos pudessem contribuir, mas que não estava de acordo que o Senhor Presidente tivesse referido quem propôs quem.

Programa CLDS-4G – Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social – Designação da Coordenadora Técnica

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 28 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando: que no âmbito da candidatura ao Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social - 4G (CLDS-4G), em que o Município do Fundão manifestou o interesse no desenvolvimento de um projeto no concelho do Fundão; que indicou como entidade



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

coordenadora local a Pinus Verde – Associação de Desenvolvimento Integrado da Floresta; que nos termos dos artigos 12.º e 13.º da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, deverá ser indicado um coordenador técnico para o Programa CLDS-4G; **proponho, que a Câmara Municipal delibere nomear a Dra. Sandra Isabel Fonseca Carriço, como Coordenadora Técnica deste Programa, uma vez que a mesma já tem ampla experiência nesta matéria, conforme curriculum vitae em anexo.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Programa CLDS-4G – Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social – Designação da Coordenadora Técnica)

Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 22 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão solicitou a atribuição de um apoio financeiro, destinado a apoiar a organização do “20.º Concurso Internacional Cidade do Fundão”; Considerando que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão, através da sua Academia de Música e Dança do Fundão, é uma entidade cuja cooperação deve ser potenciada dada a sua relevância a nível local, regional, nacional e até internacional; Considerando que o Município do Fundão atribui extrema importância à concretização deste evento no concelho do Fundão, por se inserir numa estratégia global de promoção cultural; Considerando que o referido concurso se tem realizado em anos anteriores com enorme sucesso; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio à Santa Casa da Misericórdia do Fundão, no valor de € 15.000,00. O pagamento da referida comparticipação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia do Fundão)



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Atribuição de subsídio – Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 22 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão solicitou a atribuição de um apoio financeiro, destinado a compartilhar o autofinanciamento da candidatura ao “Programa Sê-lo Verde”, para execução do evento “Cale e Sangriagosto – Festival de Rua do Fundão 2018”, assim como, um apoio financeiro para aquisição de equipamentos solares inovadores para o espaço público; Considerando que a Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão é umas das entidades organizadoras deste evento; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio ao Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão, no valor de € 24.825,68. O pagamento da referida comparticipação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão)

Atribuição de subsídio – Fábrica da Igreja Paroquial de Vale de Prazeres

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 22 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Prazeres solicitou a atribuição de um subsídio, destinado a apoiar as obras de restauro do interior e exterior da Igreja da Mata da Rainha, bem como da Casa Mortuária da mesma localidade; Considerando que a recuperação deste património religioso apresenta especial importância para a população local; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Prazeres, no valor de €



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

4.000,00. O pagamento da referida comparticipação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Fábrica da Igreja Paroquial de Vale de Prazeres)

Atribuição de subsídio – Grupo Coral da Soalheira

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 27 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que o Grupo Coral da Soalheira solicitou a atribuição de um apoio financeiro, destinado a apoiar as despesas com a deslocação à Normandia (Caen), para participar num Festival de Música, bem como, as comemorações do seu aniversário; Considerando o elevado contributo cultural deste Grupo ao longo dos anos; Considerando que são organizações desta natureza que permitem transmitir e elevar a nossa cultura a nível nacional e internacional; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio ao Grupo Coral da Soalheira, no valor de € 2.000,00. O pagamento da referida comparticipação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Grupo Coral da Soalheira)

Aprovação das normas de participação e funcionamento das tascas tradicionais e espaços de comercialização da “Festa da Cereja”

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 23 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que decorrerá entre os dias 7, 8, 9 e 10 de Junho de 2019 a “Festa da Cereja” na Freguesia de Alcongosta; Considerando que é indispensável preservar os costumes e tradições, para que se consiga um desenvolvimento equilibrado e harmonioso da sociedade, uma vez que os mesmos constituem os seus pilares e uma das formas de o fazer é também



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

preservando e dando a conhecer o melhor do Fundão; Considerando que é através da divulgação do fruto de eleição do nosso Concelho, através de campanhas e ações de divulgação da cereja do Fundão, ao nível nacional e internacional, que se consegue expandir o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo e alargar a panóplia de atrativos turísticos do Concelho do Fundão; Considerando que esta Festa compreende diversas iniciativas de rua, bem como de tasquinhas, restaurantes, comércio com prolongamento de horário, entre outros; Considerando que se trata de uma iniciativa ocasional de abertura de estabelecimentos ao público, implica regulação e cumprimento da lei, designadamente no que respeita a horários de trabalho, higiene e segurança, salubridade, ruído entre outros, **Proponho face aos fatos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, e de acordo com o previsto na alínea ff) do n.º 1 do art.33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar, nos termos em que estão elaboradas, as Normas de Participação e Funcionamento das Tascas Tradicionais e Outros Espaços de Comercialização.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação das normas de participação e funcionamento das tascas tradicionais e espaços de comercialização da “Festa da Cereja”)

Aprovação das normas de participação e funcionamento da “Bienal de Saúde e Bem-estar”

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 23 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que: Vivemos numa sociedade onde o stress impera habitualmente nas nossas vidas, com reflexos ao nível da saúde e bem-estar, importa desenvolver eventos que levam à reflexão e experimentação de formas e práticas de vida saudável e promotoras da melhoria da qualidade de vida; Há cada vez mais portugueses adeptos das medicinas alternativas devido aos benefícios para o corpo e mente; A Organização Mundial de Saúde (OMS) contempla as medicinas alternativas nas suas recomendações e a própria legislação portuguesa reconhece e já regulamentou o exercício de algumas dessas medicinas; Existem cada vez mais terapeutas holísticos credenciados e sediados na região; O evento “**Bienal de Saúde e Bem-Estar**”, organizado pelo Município do Fundão com o apoio da União de Freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, pretende proporcionar aos habitantes da região o encontro com novas formas de bem-estar e de repensar a sua saúde. **Proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, e**



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar as normas de Participação e Funcionamento referentes ao evento “Bienal de Saúde e Bem-Estar”.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação das normas de participação e funcionamento da “Bienal de Saúde e Bem-estar”)

Aprovação das normas de funcionamento do Concurso de Fado “Amália Rodrigues”

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 28 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a Amália Rodrigues, tomada como expoente máximo do fado, aclamada como a voz de Portugal e considerada a maior fadista de todos os tempos é tida como fonte de inspiração para os muitos amantes do fado; Considerando que a fadista Amália Rodrigues se tornou conhecida mundialmente como a Rainha do Fado e, por consequência, devido ao simbolismo que este género musical tem na cultura portuguesa, foi considerada por muitos como uma das melhores embaixadoras do mundo; Considerando que esta grande senhora do fado, apesar de nascida e registada em Lisboa, tem origens Fundanenses tão vincadas que celebrava o seu aniversário a 1 de julho por ser “no tempo das cerejas”; **Proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 /2013 de 12 de setembro na sua atual redação, a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar, nos termos em que estão elaboradas, as normas de funcionamento do concurso de fado “Amália Rodrigues”, em anexo à presente proposta, condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-lei n.º 54-A/1999 de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, em conjunto com a alínea d) do ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação das normas de funcionamento do Concurso de Fado “Amália Rodrigues”)



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Aprovação da doação de material mobiliário de escritório por parte da ALTRANPORTUGAL, S.A. ao Município do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 23 de maio de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a sociedade ALTRANPORTUGAL, S.A., pessoa coletiva n.º 504 272 179, com sede na Avenida das Forças, 125 – 3º C 1600 – 079 Lisboa, se propôs doar, ao Município do Fundão, equipamentos mobiliários melhor identificados na informação técnica que se junta em anexo à presente proposta – Anexo I; Considerando que os equipamentos a doar se destinam a ser integrados nos vários serviços do Município do Fundão; Considerando que, de acordo com o previsto no artigo 940.º do Código Civil, “*A doação é um contrato pela qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação em benefício de outro contraente*”; Considerando que, nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, compete à Câmara Municipal aceitar doações, **Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, em conformidade com a disposição constante na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as sucessivas alterações, aceitar, sem qualquer contrapartida, a proposta de doação dos equipamentos mobiliários que se encontram melhor identificados na informação técnica que se junta em anexo à presente proposta – Anexo I - e que dela faz parte integrante, para serem integrados nos vários serviços do Município do Fundão.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da doação de material mobiliário de escritório por parte da ALTRANPORTUGAL, S.A. ao Município do Fundão)

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

As informações referidas no texto da ata, encontram-se devidamente arquivadas nos respetivos processos na Divisão de Gestão Urbanística.

Fábrica da Igreja Paroquial de Póvoa de Atalaia – isenção do pagamento de taxas – autorização de utilização

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à isenção do pagamento de taxas – autorização de utilização para o Centro de Apoio Social, sito no Largo do Adro, Póvoa de Atalaia.



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de isenção do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnico administrativa prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Fábrica da Igreja Paroquial de Póvoa de Atalaia – isenção do pagamento de taxas – autorização de utilização)

Ricardo Leonel de Seabra Rangel e Andrade – legalização da alteração de habitação unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização da alteração de habitação unifamiliar, no Sítio das Várzeas, Salgueiro.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ricardo Leonel de Seabra Rangel e Andrade – legalização da alteração de habitação unifamiliar)

Amplos Caminhos, Lda. – ampliação de armazém

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de armazém, no Sítio da Senhora da Luz, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requ.; e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Amplos Caminhos, Lda. – ampliação de armazém)



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Afonso Nuno Pires Morão de Campos Martins – alteração/ampliação de habitação unifamiliar existente e anexo

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração/ampliação de habitação unifamiliar existente e anexo, no Sítio da Espadaneira, Alcaria.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Afonso Nuno Pires Morão de Campos Martins – alteração/ampliação de habitação unifamiliar existente e anexo)

Mariana Oliveira Gonçalves – legalização de habitação unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de habitação unifamiliar, no Sítio de São Marcos, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Mariana Oliveira Gonçalves – legalização de habitação unifamiliar)

Mathieu Dan A Coppens – legalização/ampliação de habitação unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização das obras de ampliação de habitação unifamiliar, no Sítio do Monte das Cabeças, Orca.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Mathieu Dan A Coppens – legalização/ampliação de habitação unifamiliar)

Virgílio do Nascimento Urbano – legalização da alteração/ampliação de habitação unifamiliar e construção de telheiro, anexo e piscina

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização das obras de alteração/ampliação de habitação unifamiliar e construção de Telheiro e Anexo e Piscina, na Travessa /Praça da Liberdade, Souto da Casa.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 7, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Virgílio do Nascimento Urbano – legalização da alteração/ampliação de habitação unifamiliar e construção de telheiro, anexo e piscina)

AAJIBC – Associação de Apoio a Jovens e Idosos de Bogas de Cima – alteração e ampliação de Estrutura Residencial para Idosos

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração e ampliação de estrutura residencial para idosos, no Sítio da Portelinha, Bogas de Cima.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas nos pontos 1 e 2 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (AAJIBC – Associação de Apoio a Jovens e Idosos de Bogas de Cima – alteração e ampliação de Estrutura Residencial para Idosos)

César António Martins Taborda – ampliação de moradia unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de moradia unifamiliar, na Rua do Curral, Alcongosta.



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas nos pontos 1 e 2 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (César António Martins Taborda – ampliação de moradia unifamiliar)

Motobrioso – Comércio e Reparação de Motociclos, Lda. – construção de pavilhão, destinado a comércio e serviços

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à construção de pavilhão destinado a comércio e serviços, na Zona Industrial do Fundão, Lote 164 C.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 6 da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente, e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Motobrioso – Comércio e Reparação de Motociclos, Lda. – construção de pavilhão, destinado a comércio e serviços)

Domingos Orlando Ferreira Faria – alteração de edificação com alteração de uso de habitação para telheiro

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração de edificação com alteração de uso, de habitação para telheiro, na Rua da Estrada, Valverde.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 7, da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma.



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

(Domingos Orlando Ferreira Faria – alteração de edificação com alteração de uso de habitação para telheiro)

Ruben Emanuel dos Santos Roxo – redução de taxas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução do pagamento de taxas – legalização de habitação unifamiliar, na Praça do Município, n.ºs 6 a 8, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnico administrativa prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ruben Emanuel dos Santos Roxo – redução de taxas)

Construções José M. A. Reis, Lda. – edifício de habitação coletiva

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de edifício de habitação coletiva, no Sítio das Escolas ou Sítio de São Sebastião, Lote 5, Aldeia de Joanes.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Construções José M. A. Reis, Lda. – edifício de habitação coletiva)

Samuel Cerdeira Mendes – construção de arrumos agrícolas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de arrumos agrícolas, no Sítio do Colmeada, Aldeia de Joanes.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento dos projeto de arquitetura: nas condições



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/05/2019

apontadas no ponto 2 do n.º6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Samuel Cerdeira Mendes – construção de arrumos agrícolas)

Maria Joaquina Nobre da Cruz Lindeza – utilização e conservação do edificado

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa a uma edificação em mau estado de conservação – vistoria prévia, na Rua do Norte, n.ºs 8 a 10, Fundão

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Que em Sede de Reunião de Câmara seja deliberado: determinar a execução das obras de intervenção propostas no auto de Vistoria; 2 – Que se notifique – nos termos legais do CPA – o titular e a arrendatária, da decisão desta Câmara.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria Joaquina Nobre da Cruz Lindeza – utilização e conservação do edificado)

Joaquim Agostinho Gravito - compropriedade

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, na Rua de São Sebastião, Lavacolhos, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Joaquim Agostinho Gravito - compropriedade)

VODAFONE PORTUGAL, Comunicações Pessoais, S.A. – adenda – licenciamento de trabalhos de passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas existentes da MEO (subterrâneas), da EDP (postes) e postes da VODAFONE

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa a uma adenda ao licenciamento dos trabalhos de passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

existentes da MEO (subterrâneas), da EDP (postes) e postes da VODAFONE, na cidade do Fundão.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, o deferimento do projeto de obras de urbanização para construção da infraestrutura de rede de distribuição de fibra ótica. (VODAFONE PORTUGAL, Comunicações Pessoais, S.A. – adenda – licenciamento de trabalhos de passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas existentes da MEO (subterrâneas), da EDP (postes) e postes da VODAFONE)

Associação de Testemunhas de Jeová do Tortosendo – alteração de edificação destinada a reuniões de caráter religioso

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à alteração de edificação destinada a reuniões de caráter religioso, no Sítio da Lameira Longa, EN 346, Alcaria.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento dos projetos: nas condições apontadas no n.º8 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Associação de Testemunhas de Jeová do Tortosendo – alteração de edificação destinada a reuniões de caráter religioso)

URBIJOANES – Sociedade Imobiliária, Lda. – alteração à solução urbanística

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à alteração à solução urbanística, no Loteamento sito na quinta do Adro, Lote 7, Aldeia de Joanes.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do capítulo IV da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do capítulo.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (URBIJOANES – Sociedade Imobiliária, Lda. – alteração à solução urbanística)



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDAÇÃO

Cindy Mariana dos Santos Leitão – construção de moradia unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de moradia unifamiliar, no Chão da Ruiva, Aldeia de Joanes.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Cindy Mariana dos Santos Leitão – construção de moradia unifamiliar)

Duarte Oliveirinha Monteiro – construção de habitação unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de habitação unifamiliar, no Sítio dos Quartos, Enxames.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Duarte Oliveirinha Monteiro – construção de habitação unifamiliar)

IMARVEST – Investimentos Imobiliários, Lda. – construção de edificação destinada a indústria e atividades complementares

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à construção de edificação destinada a indústria a atividades complementares, no Sítio das Taliscas, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Notificar o requerente: conforme e nos termos propostos no n.º 8 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (IMARVEST – Investimentos Imobiliários, Lda. – construção de edificação destinada a indústria e atividades complementares)



31/05/2019

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Fábrica de Móveis Martins e Imobiliária II, Lda. e Outros – alteração à solução urbanística

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à alteração à solução urbanística, da requalificação urbana da Rua Vasco da Gama e Avenida da Liberdade, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – À Exma. Câmara, deliberar não se justificar a localização de qualquer equipamento ou Espaço Verde público para além do proposto, ficando, neste caso, a operação sujeita a compensação nos termos do art.º 49.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação-RMUE. 2 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no n.º 7, da informação técnica prestada; 3. Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Fábrica de Móveis Martins e Imobiliária II, Lda. e Outros – alteração à solução urbanística)

5 – INFORMAÇÕES

Associação de Desenvolvimento Beira Serra – alteração do valor da quota a pagar pelo Município do Fundão

A Câmara Municipal tomou conhecimento do ofício 044.2019, datado de 9 de maio de 2019, da Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, remetendo a Fatura da Quota de Associado do ano de 2019.

Balancete do dia 28 de maio de 2019

Total de Disponibilidades -----	2.085.061,00€
Total de Movimentos de Tesouraria -----	2.195.271,36€
Operações Orçamentais -----	1.757.197,73€

A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 28 de maio de 2019.

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião. Para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente 

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças 